

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>07 junho 2025</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	----------------------	-----------------



**PARTE II - Duração: 2 horas**

**Estas questões são independentes do texto apresentado na PARTE I**

**QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA**

**Questão 21.:**

Uma entidade após efetuar a análise do risco de incobrabilidade das dívidas a receber, optou por efetuar o reconhecimento de uma perda por imparidade no valor de 20 000 EUR relativa a uma dívida de um cliente, relativamente à qual não existe qualquer processo judicial em curso. O valor da perda por imparidade reconhecida corresponde a 80% do montante total em dívida, sendo que este se encontrava, à data, em mora há três meses. Tendo em consideração somente o impacto desta operação e considerando uma taxa de imposto sobre o rendimento do período de 25%, no final do período em que foi reconhecida aquela perda por imparidade deverá ter sido reconhecido:

- a) Um ativo por imposto diferido no montante de 5 000 EUR.
- b) Um ativo por imposto diferido no montante de 1 250 EUR.
- c) Um passivo por imposto diferido no montante de 1 250 EUR.
- d) Um passivo por imposto diferido no montante de 5 000 EUR.

**Questão 22.:**

A empresa *ElectroSouth*, S.A. adquiriu, em 10 de dezembro de 2024, um lote de equipamentos eletrónicos ao fornecedor *TechiExport* AG, pelo valor de 100 000 EUR, sob o *Incoterm CIF (cost, insurance and freight)* Lisboa. O fornecedor suportou os custos de transporte e seguro, que estão incluídos no preço da fatura.

Os bens foram expedidos no dia da compra (10 de dezembro), chegaram ao porto de Lisboa a 28 de dezembro, mas ficaram retidos na alfândega devido a questões documentais, sendo libertados apenas a 5 de janeiro de 2025. A empresa contratou, em 30 de dezembro, serviços técnicos externos de adaptação dos equipamentos ao mercado português, no valor de 7 500 EUR, que foram realizados já em janeiro de 2025.

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>07 junho 2025</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	----------------------	-----------------



A 31 de dezembro de 2024 qual deverá ser o impacto no balanço e na demonstração de resultados:

- a) Devem ser apresentados inventários pela quantia de 107 500 EUR e dívidas a fornecedores pelo mesmo montante.
- b) Devem ser apresentados adiantamento pela quantia de 100 000 EUR, fornecimentos e serviços externo de 7 500 EUR e dívidas a fornecedores no montante 107 500 EUR.
- c) Devem ser apresentados inventários pela quantia de 100 000 EUR e dívidas a fornecedores pelo mesmo montante.
- d) Não existirá qualquer impacto pois os inventários não foram ainda rececionados.

**Questão 23.:**

A entidade *EnergSul*, Lda. adquiriu, em 1 de março de 2024, a crédito, um equipamento industrial pelo valor de 240 000 EUR, com uma vida útil estimada de 10 anos e não tendo sido estimado nenhum valor residual. A entidade deprecia esta tipologia de ativos pelo método da linha reta, efetuando a imputação das depreciações numa base anual. O valor de aquisição inclui também um conjunto de peças sobressalentes essenciais, no valor de 90 000 EUR, que serão utilizadas para substituir componentes principais do equipamento, dado a vida útil destes ser de 5 anos.

A entidade pretende reconhecer o equipamento e as peças sobressalentes como um único ativo fixo tangível, a depreciar ao longo dos 10 anos. O Contabilista Certificado alertou para a necessidade de rever esta abordagem, pelo que se pretende saber como proceder em 2024:

- a) Reconhecer um ativo fixo tangível e uma dívida a fornecedores por 150 000 EUR; reconhecer a depreciação anual por 24 000 EUR.
- b) Reconhecer um ativo fixo tangível e uma dívida a fornecedores por 240 000 EUR; reconhecer a depreciação anual por 24 000 EUR.
- c) Reconhecer um ativo fixo tangível por 150 000 EUR, inventários por 90 000 EUR e uma dívida a fornecedores por 240 000 EUR; reconhecer a depreciação anual por 15 000 EUR.

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>07 junho 2025</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	----------------------	-----------------



- d) Reconhecer um ativo fixo tangível por 150 000 EUR, um gasto diferido por 90 000 EUR e uma dívida a fornecedores por 240 000 EUR; reconhecer a depreciação anual por 15 000 EUR.

**Questão 24.:**

A empresa portuguesa *LusoxMecânica*, Lda. adquiriu, em 15 de novembro de 2024, uma máquina a um fornecedor norte-americano, pelo valor de 100 000 USD. A fatura foi emitida nesta data e o pagamento será efetuado 60 dias após a data da fatura, tendo a empresa optado por não contratar qualquer instrumento de cobertura cambial. A taxa de câmbio na data da fatura era 1 EUR /1,10 USD, a 31 de dezembro de 2024 1 EUR/1,03 USD e na data da liquidação da fatura 1 EUR / 1,05 USD.

Tendo em consideração a transação acima referida, existem dúvidas acerca de qual das seguintes hipóteses reflete o correto reconhecimento a efetuar na data de relato (31 de dezembro)

- a) Reconhecer uma redução da quantia escriturada da dívida a fornecedores em 6 178,29 EUR e uma diferença de câmbio favorável no mesmo montante.
- b) Reconhecer um aumento da quantia escriturada da dívida a fornecedores em 7 000 EUR e uma diferença de câmbio desfavorável no mesmo montante.
- c) Reconhecer uma redução da quantia escriturada da dívida a fornecedores em 4 329,00 EUR e uma diferença de câmbio favorável no mesmo montante.
- d) Reconhecer um aumento da quantia escriturada da dívida a fornecedores em 6 178,29 EUR e uma diferença de câmbio desfavorável no mesmo montante.

**Questão 25.:**

A sociedade *Montaki*, S.A., com sede na cidade do Porto, dedica-se à conceção e produção de jogos didáticos, comercializando conjuntos temáticos constituídos por peças de construção em plástico resistente e cartões ilustrados, concebidos com o intuito de possibilitar a montagem de modelos inspirados nos domínios da ciência e da tecnologia.

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>07 junho 2025</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	----------------------	-----------------



No dia 30 de setembro do ano 2023, no âmbito de uma estratégia de financiamento delineada com vista à diversificação das fontes de capital, a empresa deliberou proceder à emissão de um empréstimo obrigacionista, com prazo de cinco anos, composto por 400.000 títulos, com o valor nominal unitário de 40 EUR. As obrigações foram emitidas ao par, sendo o respetivo reembolso efetuado em prestações anuais constantes.

A *Montaki*, S.A. definiu como valor de reembolso o montante de 40,50 EUR por obrigação. Os cupões associados à emissão são pagos anualmente, à taxa nominal de 2,5% ao ano, com vencimento no dia 1 de dezembro de cada exercício. Sobre os juros auferidos incide retenção na fonte, a título de IRS ou IRC, à taxa legal de 28%. A emissão do empréstimo foi concretizada no dia 2 de dezembro do ano 2023, tendo implicado encargos no montante de 40 000 EUR, correspondentes a custos associados à operação.

Considerando uma taxa de juro efetiva de 9,5%, e arredondando os valores a duas casas decimais, no final do primeiro ano do empréstimo, o valor da sua quantia escriturada é de:

- a) 11 603 800 EUR.
- b) 11 640 000 EUR.
- c) 13 836 200 EUR.
- d) Nenhuma das anteriores.

### **QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA**

A empresa *Mister Mister*, Lda. é uma unidade de produção artesanal da iniciativa de um ex-emigrante no Brasil, localizada na zona da Amadora, especializada na produção e comercialização de pão de queijo ultracongelado. Devido ao crescimento da procura, a empresa passou a fabricar dois tipos de produtos:

- Pão de queijo Tradicional
- Pão de queijo Recheado

Cada unidade vendida corresponde a um pacote com 5 unidades de pão de queijo.

Com o objetivo de melhorar a análise dos seus custos e da rentabilidade de cada produto, a empresa decidiu implementar o método ABC (*Activity-Based Costing*).

A empresa identificou as seguintes atividades no processo produtivo:

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>07 junho 2025</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	----------------------	-----------------



<b>Atividade</b>	<b>Custo total</b>	<b>Indutor de custo</b>	<b>Volume total</b>
Preparação da massa	20 000 EUR	Quilos processados	10 000 kg
Formação e recheio	25 000 EUR	Unidades de produto	100 000 unid.
Embalamento	15 000 EUR	Horas de máquina	300 horas

Cada produto utilizou os respetivos processos da seguinte forma:

<b>Produto</b>	<b>Quilos processados</b>	<b>Unidades produzidas</b>	<b>Horas de máquina</b>
Tradicional	6 000 kg	70 000 unidades	180 h
Recheado	4 000 kg	30 000 unidades	120 h

Além destes processos, os produtos incorreram nos seguintes custos:

<b>Produto</b>	<b>Matéria-prima</b>	<b>Mão de obra direta</b>
Tradicional	15 000 EUR	8 000 EUR
Recheado	10 000 EUR	6 000 EUR

**Questão 26.:**

O custo total unitário de produção de cada embalagem de cada um dos produtos é de, aproximadamente:

- a) Tradicional 4,39 EUR e Recheado 6,25 EUR.
- b) Tradicional 2,75 EUR e Recheado 3,58 EUR.
- c) Tradicional 4,64 EUR e Recheio 5,67 EUR.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.

A empresa Metalúrgica Acácio Ramalho, Lda. tem dois departamentos produtivos que colaboram entre si:

- Departamento de Corte — responsável por cortar as peças metálicas;
- Departamento de Acabamento — responsável pelo acabamento das peças cortadas.



Estes dois departamentos prestam serviços recíprocos entre si para apoio técnico e manutenção de equipamentos, conforme as horas registadas:

- O Departamento de Corte prestou 10 horas de serviço ao Departamento de Acabamento.
- O Departamento de Acabamento prestou 15 horas de serviço ao Departamento de Corte.

Os custos apurados de cada departamento são:

<b>Departamento</b>	<b>Custos (EUR)</b>
Departamento de Corte	10
Departamento de Acabamento	8

As horas totais apuradas de cada departamento foram as seguintes:

<b>Departamento</b>	<b>Horas</b>
Departamento de Corte	100
Departamento de Acabamento	80

#### **Questão 27.:**

Os custos totais de cada departamento são:

- a) Corte 12 EUR e Acabamento 10 EUR.
- b) Corte 11,5 EUR e Acabamento 9,5 EUR.
- c) Corte 11 EUR e Acabamento 9 EUR.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.

#### **Questão 28.:**

A Padaria *Aljubarrota*, Lda., uma empresa com séculos de tradição na produção de bolos congelados, enfrentou uma situação tensa no final do trimestre. O relatório interno apontou para um desvio no custo da matéria-prima "Farinha Premium" (um dos principais ingredientes).

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>07 junho 2025</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	----------------------	-----------------



O diretor de produção, Sr. Brites, responsabilizou o departamento de compras, alegando que o preço de compra da matéria-prima tinha sido acima do orçamentado. Por outro lado, o gestor de compras, Dr. Almeida, defendeu-se referindo que a gestão da produção não foi eficiente, utilizando mais farinha do que o previsto. Para resolver a questão, o gerente pediu à contabilidade que analisasse a origem dos desvios a fim de proceder a medidas corretivas. A produção efetiva foi de 10 000 unidades de bolo, decorria da ficha de produção a utilização de 0,5 kg de farinha a 2 EUR/Kg por cada bolo produzido quando, na realidade, consumiram-se 5 300 kg com um custo total de 11 130 EUR.

Em face destes elementos, os desvios apurados foram:

- a) Desvio de Quantidade desfavorável de 600 EUR e Desvio de Preço desfavorável de 530 EUR.
- b) Desvio de Quantidade desfavorável de 150 EUR e Desvio de Preço desfavorável de 980 EUR.
- c) Desvio de Quantidade favorável de 67,80 EUR e Desvio de Preço desfavorável de 1 197,80 EUR.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.

#### **Questão 29.:**

Raimundo Neto, contabilista da Olaria de *Oleiros*, Lda., no final do exercício necessitou de apurar o valor dos produtos em vias de fabrico para elaboração das demonstrações financeiras. A empresa dedica-se à produção de canecas típicas em barro, seguindo a fórmula de custeio FIFO na mensuração dos inventários.

No final do ano obteve a seguinte informação:

- Durante o ano terminaram-se 9 700 unidades.
- A produção em vias de fabrico com que se iniciou o ano era de 1 000 unidades que tinham incorporado 80% de matéria-prima (no montante de 5 000 EUR) e 20% de gastos de transformação (no montante de 3 000 EUR).
- Os gastos incorridos no período foram de 100 000 EUR de matéria-prima e 80 000 EUR de gastos de transformação.



- No final do ano verificou-se que ainda existiam, em vias de fabrico, 800 unidades sem necessidade de incorporar qualquer gasto de matéria-prima e que já tinham incorporado 25% dos gastos de transformação.

Face a estes dados, o valor da produção em vias de fabrico no final do ano é de, aproximadamente:

- a) 8 248,28 EUR.
- b) 9 525,23 EUR.
- c) 9 896,91 EUR.
- d) 13 837,25 EUR.

### Questão 30.:

A empresa *ChocoNorris*, Lda. dedica-se à produção de bombons *gourmet*. No 2.º trimestre de 2025, a empresa produziu uma nova linha de bombons chamada "Luna Noir", dedicada à exportação para mercados de luxo. A empresa utiliza o sistema de custeio implícito nas normas contabilísticas e de relato financeiro e o contabilista interno, Dr. Aniceto, foi chamado a apurar o custo industrial da produção vendida, tendo em vista o apuramento das margens internas da empresa.

Foram retirados os seguintes dados da produção e da contabilidade:

Unidades produzidas: 8 000 bombons

Unidades vendidas: 7 500 bombons

Capacidade normal de produção: 10 000 bombons

Tipo de custo	Valor (EUR)
Matéria-prima (chocolate, recheio)	5 000 EUR
Embalagens individuais	1 400 EUR
Mão de obra direta variável (3 trabalhadores)	5 000 EUR
Energia elétrica da fábrica:	
- Parte fixa da energia	800 EUR
- Parte variável da energia	1 600 EUR
Gastos das viaturas comerciais	200 EUR
Salários dos comerciais	4 000 EUR
Arrendamento da unidade fabril	4 000 EUR
Manutenção preventiva das máquinas	1 200 EUR
Salários dos administrativos	2 500 EUR
Depreciações das instalações administrativas	6 000 EUR
Salário da gerência	4 000 EUR

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>07 junho 2025</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	----------------------	-----------------



O Custo Industrial da Produção Vendida (CIPV) é:

- a) 16 687,50 EUR.
- b) 25 125,00 EUR.
- c) 28 275,00 EUR.
- d) 35 187,50 EUR.

### QUESTÕES DE FISCALIDADE

#### Questão 31.:

A venda de madeira, em território nacional, efetuada por um particular, de forma não repetida (ato isolado), a uma sociedade com sede em Braga, que tem por objeto social o exercício da atividade de "Comércio por Grosso Madeira Bruto e Prod. Derivados", enquadrada no regime normal do IVA:

- a) Configura uma operação sujeita a IVA, sendo tributada à taxa reduzida de 6%, competindo a liquidação do IVA e a própria emissão da fatura, pela aquisição daqueles bens, à referida sociedade.
- b) Não configura uma operação sujeita a IVA, uma vez que o referido particular não é um sujeito passivo de IVA dado que não procedeu à entrega da declaração de início de atividade.
- c) Configura uma operação sujeita a IVA e dele não isento, sendo tributada à taxa de 23%, devendo a fatura a emitir pelo transmitente dos bens mencionar a expressão "IVA-autoliquidação".
- d) Configura uma operação sujeita a IVA e dele não isento, sendo tributada à taxa de 6%, devendo a fatura a emitir pelo transmitente dos bens mencionar a verba da Lista I anexa ao Código do IVA aplicável à operação em apreço.

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>07 junho 2025</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	----------------------	-----------------



**Questão 32.:**

Tendo por referência o Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis (AIMI), indique a afirmação correta:

- a) Os prédios urbanos, que constam nas matrizes prediais na titularidade do sujeito passivo, classificados como “comerciais, industriais ou para serviços”, são tributados em sede de AIMI.
- b) A qualidade de sujeito passivo é determinada tendo por referência a data de 31 de dezembro do ano a que o AIMI respeita.
- c) O valor tributável corresponde à soma dos valores patrimoniais tributários, reportados a 1 de janeiro do ano a que respeita o AIMI, dos prédios urbanos abrangidos pela sua incidência objetiva, que constam nas matrizes prediais na titularidade do sujeito passivo.
- d) Os sujeitos passivos nunca poderão deduzir à coleta do IRC o montante do AIMI pago durante o exercício a que respeita o imposto, face à natureza do mesmo.

**Questão 33.:**

No período de tributação de 2024, uma sociedade, com sede em Lisboa, vendeu equipamentos com 3 anos de garantia no montante de 50 000 EUR, tendo nesse mesmo ano constituído uma provisão para garantias a clientes no montante de 2 000 EUR.

Sabe-se que nos períodos de 2022 e 2023 as vendas com garantia ascenderam a 40 000 EUR e 10 000 EUR, respetivamente, e que os custos suportados com garantias foram de 1 000 EUR, 500 EUR e 2 000 EUR, nos anos de 2022, 2023 e 2024, respetivamente.

Qual o montante da correção fiscal que deverá constar no quadro 07 da declaração modelo 22 visando o apuramento do lucro tributável relativo ao período de 2024?

- a) Acrescer 250 EUR.
- b) Deduzir 250 EUR.
- c) Acrescer 2000 EUR.
- d) Deduzir 1750 EUR.

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>07 junho 2025</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	----------------------	-----------------



**Questão 34.:**

Indique qual das seguintes operações, todas elas envolvendo bens imóveis situados no território nacional, não se encontra sujeita a Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT)

- a) A celebração de contrato-promessa de aquisição e alienação de um imóvel destinado a habitação própria e permanente em que seja clausulado no contrato ou posteriormente que o promitente adquirente pode ceder a sua posição contratual a terceiro.
- b) A cedência de posição contratual, por parte do promitente adquirente num contrato-promessa de aquisição e alienação (titular do capital social de uma sociedade em fase de constituição à data da celebração daquele contrato), vindo a escritura de compra e venda ser celebrada com a referida sociedade.
- c) O arrendamento com a cláusula de que os bens arrendados se tornam propriedade do arrendatário depois de satisfeitas todas as rendas acordadas.
- d) As permutas de bens imóveis, pela diferença declarada de valores ou pela diferença entre os valores patrimoniais tributários, consoante a que for maior.

**Questão 35.:**

Para efeitos das disposições relativas ao IVA, as “vendas à distância intracomunitárias de bens” efetuadas a partir de território nacional com destino a outro Estado-Membro da União Europeia, por parte de uma empresa aqui estabelecida e registada para efeitos de IVA, com sede em Lisboa:

- a) São, por regra, tributáveis em território nacional, sem prejuízo da possibilidade de opção pela sua tributação no Estado-Membro de chegada da expedição ou transporte dos bens com destino ao adquirente.
- b) Constituem exportações de bens, pelo que a sua isenção deverá ser comprovada através dos documentos alfandegários apropriados.

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>07 junho 2025</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	----------------------	-----------------



- c) São tributáveis simultaneamente em território nacional e no Estado-Membro de destino, sem prejuízo da aplicação da respetiva convenção para evitar a dupla tributação.
- d) São, por regra, tributáveis no Estado-Membro de chegada da expedição ou transporte dos bens com destino ao adquirente.

### **QUESTÕES DE MATÉRIAS ESTATUTÁRIAS E DEONTOLÓGICAS**

#### **Questão 36.:**

Em maio de 2025, a Contabilista Certificada Cátia Moura ingressou na carreira de inspeção e auditoria tributária e aduaneira, na categoria de inspeção tributária e aduaneira.

Tendo em conta a sua nova função, qual das seguintes opções traduz corretamente as suas obrigações perante a Ordem dos Contabilistas Certificados?

- a) Encontrando-se numa situação de incompatibilidade estatutária, é-lhe exigido que proceda à suspensão voluntária da sua inscrição na Ordem.
- b) Apesar de não poder exercer em simultâneo as funções de contabilista certificada e inspetora tributária e aduaneira, pode manter a inscrição ativa na Ordem.
- c) Está obrigada a requerer o cancelamento voluntário da sua inscrição, em virtude da incompatibilidade estatutária.
- d) Pode exercer ambas as funções em simultâneo, desde que a sua independência enquanto contabilista certificada não seja afetada.

#### **Questão 37.:**

A Contabilista Certificada Cátia Moura requereu ao conselho diretivo da Ordem dos Contabilistas Certificados, em maio de 2025, a suspensão voluntária da sua inscrição.

Durante todo o ano de 2025, a contabilista certificada não efetuou qualquer pagamento a título de quotas.

Em fevereiro de 2026, foi-lhe instaurado um processo disciplinar.

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>07 junho 2025</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	----------------------	-----------------



Atento o exposto:

- a) A suspensão voluntária exclui a obrigação de pagamento de quotas, não se encontrando assim preenchidos os pressupostos para a aplicação de qualquer sanção disciplinar.
- b) Pode ser-lhe aplicada a sanção disciplinar de suspensão, a cumprir a partir do dia imediato àquele em que tiver lugar a sua reinscrição.
- c) Pode ser-lhe aplicável a sanção de expulsão.
- d) A sanção disciplinar máxima aplicável ao caso em concreto seria a sanção de multa.

**Questão 38.:**

A única sócia e gerente contabilista certificada da sociedade de contabilidade *CM,Lda.*, era Cátia Moura.

Nesse seguimento, também tinha sido designada diretora técnica da referida sociedade.

Sabendo que Cátia Moura suspendeu voluntariamente a sua inscrição na Ordem dos Contabilistas Certificados:

- a) Cátia Moura pode manter-se no cargo de diretora técnica, mesmo estando com a sua inscrição suspensa, uma vez que continua a desempenhar funções em matérias respeitantes ao exercício da profissão.
- b) A sociedade de contabilidade deve proceder à nomeação de um novo diretor técnico.
- c) A nomeação do novo diretor técnico deve ser realizada por Cátia Moura, a quem compete nomear o seu sucessor.
- d) O novo diretor técnico tem obrigatoriamente de ser um colaborador da sociedade, com inscrição ativa na Ordem dos Contabilistas Certificados.

**Questão 39.:**

O cumprimento do segredo profissional a que os contabilistas certificados estão vinculados durante o exercício de funções pode ser dispensado:

- a) A qualquer momento, por decisão de outro contabilista certificado que reconhece a razão da dispensa, emitindo a competente declaração sob compromisso de honra.

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>07 junho 2025</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	----------------------	-----------------



- b) Por decisão judicial, por autorização expressa da entidade ou decisão do conselho diretivo da Ordem.
- c) Por decisão judicial, por autorização expressa da entidade ou decisão do conselho de supervisão da Ordem.
- d) Após decurso de 2 anos sobre a cessação de funções.

**Questão 40.:**

A Contabilista Certificada Sofia Oliveira tem a inscrição ativa na Ordem dos Contabilistas Certificados desde 2020. Devido a problemas pessoais, não efetuou o pagamento das suas quotas desde janeiro de 2025.

Pretende fazer uma participação de um sinistro, ocorrido em maio de 2025, e acionar a apólice de seguro de responsabilidade civil que a Ordem contrata em benefício dos seus membros pessoas singulares.

Face ao exposto:

- a) Pode fazer a participação do sinistro e acionar a apólice de seguro de responsabilidade civil, desde que se trate de uma atividade profissional coberta pelo seguro de responsabilidade civil profissional, conforme previsto no n.º 1 do artigo 10.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados.
- b) Pode fazer a participação do sinistro e acionar a apólice de seguro de responsabilidade civil, desde que tenha comunicado a entidade pela qual é responsável à Ordem, nos termos da alínea g) do artigo 75.º do Estatuto da Ordem.
- c) Não pode acionar a apólice de seguro de responsabilidade civil porque tem quotas em atraso por um período superior a 90 dias.
- d) Não pode acionar a apólice de seguro de responsabilidade civil contratada pela Ordem dos Contabilistas Certificados, uma vez que esse benefício só é concedido aos membros que demonstrem estar em situação de carência económica.